

Novas regras afetarão jovens e informais

As mudanças no acesso a benefícios sociais, anunciadas pelo Governo nos últimos dias de dezembro, vão afetar principalmente os trabalhadores que estão entrando no mercado de trabalho formal, como os mais jovens e os que deixaram a informalidade. Mais expostos a empregos de curta duração, esses trabalhadores terão mais dificuldade em obter os benefícios sociais, como seguro-desemprego e o abono salarial.

O Governo aumentou o prazo mínimo de carência para que os trabalhadores com carteira assinada tenham acesso aos auxílios. No seguro-desemprego, o prazo mínimo subiu para 18 meses e, no abono, para seis meses. “As novas regras são muito ruins para os que estão entrando no mercado de trabalho”, disse o economista **Ricardo Paes de Barros, subsecretário de Assuntos Estratégicos da Presidência** e um dos principais estudiosos sobre distribuição de renda no país.

“Para quem está vindo do setor informal, é natural que o emprego seja de curta duração. Então, para esses entrantes, a vida será mais dura a partir de 2015”.

O governo anunciou as medidas como forma de conter abusos. Só em 2014, serão pagos R\$ 32 bilhões em seguro-desemprego. Segundo estudo do Dieese e do Ministério do Trabalho, só entre 2002 e 2012, as despesas com o abono aumentaram quatro vezes, e os gastos com o seguro-desemprego dobraram.

Paes de Barros observa, porém, que parte dessa alta é resultado da própria formalização do mercado de trabalho, com o consequente aumento dos empregados que têm direito aos benefícios.

Segundo o Dieese e o Ministério do Trabalho, o número de empregados com carteira assinada aumentou 70% entre 2002 e 2013. Mais do que dobrou a proporção dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos - que têm direito ao abono. (da Folhapress)